

## MARCAS DO CULTO POPULAR DA RAINHA SANTA ISABEL NO ROMANCEIRO DA TRADIÇÃO ORAL PORTUGUESA

LINA SANTOS MENDONÇA

CLEPUL – Faculdade de Letra  
Universidade de Lisboa  
[lina.santosmendonca@gmail.com](mailto:lina.santosmendonca@gmail.com)

### RESUMO

Ao longo do tempo, o romance *A Rainha Santa Isabel* da tradição portuguesa conservou várias marcas do culto popular que se desenvolveu em torno desta figura da hagiografia. Trata-se de um romance raro, com um número reduzido de versões, e pouco difundido, cuja sobrevivência até ao século XXI foi garantida pela sua adaptação a outro género textual, a oração.

**PALAVRAS-CHAVE:** romance; versões; tradição; oração.

### RESUMEN

A lo largo del tiempo el romance *A Rainha Santa Isabel*, de tradición portuguesa, ha mantenido distintas marcas del culto popular que se ha desarrollado alrededor de esta figura de la hagiografía. Se trata de un romance raro, con un reducido número de versiones, y poco difundido, cuya supervivencia hasta el siglo XXI se debió a su adaptación a otro género, la oración.

**PALABRAS CLAVE:** romance; versiones; tradición; oración.

Na cultura portuguesa, D. Isabel de Aragão, Rainha de Portugal, filha de Pedro III de Aragão e de D. Constança de Navarra e esposa de D. Dinis, está entre as principais personalidades construtoras da memória coletiva e tem mantido, através dos séculos, desde a Idade Média até à atualidade, a sua presença histórica e lendária firme, entre os portugueses, através da literatura e da iconografia, por exemplo.

Recordar esta figura feminina da História de Portugal é falar sobre a forma como a condição humana pode ser vivida com excelência, numa combinação singular de qualidades, manifestadas desde muito cedo e condutoras de um percurso de vida mormente ascético que levaria D. Isabel a alcançar, em 1625, o título póstumo de Rainha Santa.

A sua excecionalidade verificar-se-ia, logo, no momento do seu nascimento, segundo uma lenda que relata que nasceu envolta numa “pele”<sup>1</sup>, a subplacenta. Geralmente, refere-se o nascimento a de 11 de fevereiro de 1270, em Saragoça, embora não reúna o consenso académico<sup>2</sup>. Sobre o local de nascimento, Andrade (2014) coloca a hipótese de Isabel de Aragão ter nascido em Saragoça ou em Barcelona, devido às deslocações regulares da corte de Aragão entre as duas cidades, embora considere a opção de Saragoça a mais verosímil. Quanto ao ano do nascimento, a historiadora refere a dúvida entre 1269 ou 1270.

A situação do nascimento de Isabel de Aragão foi interpretada como um indício de predestinação de uma existência de exceção —«o primeiro sinal de assistência divina» (Nascimento, 2019, p. 62)—. Com efeito, alguns autores consideram que o seu nascimento, só por si, terá atenuado a tensão que se fazia sentir entre o seu pai, D. Pedro, e o seu avô, D. Jaime I<sup>3</sup>, por motivos políticos. Porém, Andrade (2014, p. 84) desfaz esta ideia: «os factos demonstram que tal não é verdade, pois os dois só se congraçaram em 1273».

Segundo os historiadores, a escolha do nome Isabel teve uma intenção por parte dos pais, a de «perpetuar, por via onomástica, uma linhagem e também um modelo» (Andrade, 2014, p. 81). Nesta situação, foi escolhido o nome de Isabel da Hungria, sua tia-avó, cuja «escolha apontava para a neófita um caminho de vida e atraía sobre ela uma bênção que se recebia pela relação de proteção entre ela e a santa» (Andrade, 2014, p. 81).

De facto, a leitura dos vários documentos sobre a Rainha Santa Isabel<sup>4</sup> faz-nos perceber que a vida da criança-menina que se fará mulher no reino de Portugal<sup>5</sup> foi marcada por uma conduta coerente com os princípios cristãos, sem qualquer vacilação nos momentos mais difíceis e decisivos da sua vida privada e da sua vida pública, enquanto rainha de Portugal. No seu retrato histórico, inclui-se o perfil de uma pessoa devota e pia, caridosa e solidária com os doentes e com os mais desfavorecidos, a quem esmola, na procura de satisfação das suas necessidades básicas de sobrevivência. Esmolava não só as pessoas do povo, mas também as mulheres que, tendo perdido a fortuna, caíam na pobreza e ficavam sem o que comer e vestir. Procurava, ainda, dar assistência aos enfermos e zelar pelas crianças abandonadas<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Cf. Ramôa (2010); Nascimento (2019).

<sup>2</sup> Cf. Nascimento (2019).

<sup>3</sup> Sobre a sua neta Isabel, D. Jaime I de Aragão terá dito que era a «rosa de sua casa» (Nascimento, 2019, p.160) e é certo que a terá levado para sua casa (Andrade, 2014).

<sup>4</sup> A biografia mais antiga é anónima e foi escrita pouco depois da sua morte, intitula-se *Livro que fala da boa vida que fez a Rainha de Portugal Dona Isabel e seus bons feitos e milagres em sa vida e depois da morte*. Apesar da autoria ser anónima, julga-se que o Bispo de Lamego e confessor da rainha, Frei Salvado Martins, poderá ter sido o autor do manuscrito. Em 1672, Fr. Francisco Brandão publicou um importante documento, na *Monarquia Lusitana* (VI Parte), para o estudo da vida da Rainha Isabel de Portugal, *Relaçam da vida gloriosa de Santa Isabel, Rainha de Portugal, trasladada de um livro escrito de mão, que está no Convento de Santa de Clara de Coimbra*.

<sup>5</sup> D. Isabel teria aproximadamente 12 anos quando deixou o reino de Aragão e veio para Portugal, após um casamento por procuração com o rei de Portugal, D. Dinis.

<sup>6</sup> Assumimos as palavras de Nascimento (2019, pp. 47-48) sobre as ações solidárias de Isabel, Rainha de Portugal, como «reflexo de Deus»: «(...) a dedicação aos outros presidiu ao sentimento da vida de alguém e nela se e encontra expressão maior na dedicação aos mais desfavorecidos e em formas de solidariedade que são coesão ao grupo a que pertence; o registo, em delimitação cristã, pauta-se pelas bem-aventuranças evangélicas (cujo elenco começa pelos pobres e pelos humildes para terminar nos pacíficos que aceitam manifestar misericórdia de coração)».

Ajudar o outro foi sempre uma das preocupações e prioridades da vida de D. Isabel. Criou e promoveu a construção de instituições monásticas e de assistência a quem mais precisava, como albergarias, gafarias e hospitais. Entre elas, por exemplo, encontramos a Albergaria de Odivelas, de Estremoz e de Alenquer, um hospital em Leiria, para «mulheres pobres envergonhadas», um hospital em Coimbra, para anciãs debilitadas, e um Hospital em Torres Vedras. Em Coimbra, fundará um mosteiro de clarissas, o Mosteiro de Santa Clara e de Santa Isabel da Hungria. Junto a este mosteiro, será construído o hospital de Santa Isabel da Hungria. Nas suas fundações, igualmente, identificamos as Gafarias de Óbidos e de Leiria<sup>7</sup>. D. Isabel quis garantir a ajuda dos mais pobres, após a sua morte; assim, em testamento, muitas das disposições garantem a continuidade da sua benemerência às causas que apoiara em vida.

Por outro lado, do seu retrato faz parte, ainda, a imagem de uma mulher conciliadora, ou mesmo mediadora, enquanto espírito de fomento do equilíbrio e da paz familiar, com indulgência perante as aventuras amorosas de D. Dinis, a aceitação dos bastardos do rei, a procura da conciliação entre D. Dinis e o seu filho Afonso, por exemplo, ou até da paz entre diversos reinos<sup>8</sup>.

Um exemplo da sua ação pacificadora e diplomática, entre outros, mais assente no afeto familiar e no prestígio pessoal do que numa responsabilidade política, como Rainha de Portugal, é o apoio de petições que os reis castelhanos dirigiam a D. Dinis nas lutas com alguns nobres rebeldes (1307) e com o rei de Granada (1309). Este ímpeto pacificador levaria a rainha viúva, em idade avançada, a Estremoz, numa viagem de vários dias, a partir de Coimbra, em pleno verão, a fim de evitar o confronto entre o seu filho D. Afonso IV, rei de Portugal, e o monarca de Castela, D. Afonso XI, seu neto, que retinha D. Constança, filha de D. João Manuel, em Castela, com o intuito de evitar ou retardar o casamento da castelhana com o infante português D. Pedro. Entretanto, a rainha chega doente a Estremoz, onde viria a falecer, poucos dias depois, com 66 anos de idade, a 4 de julho de 1336. Depois, será levada, em cortejo fúnebre, até Coimbra, para ser sepultada na igreja do Mosteiro de Santa Clara, com o hábito de clarissa, sem o corpo evidenciar qualquer sinal de decomposição.

Uma qualidade importante de D. Isabel perpassa nestas palavras de apresentação, a de cristã devota. Como devota a Deus, em concomitância, se assume como uma pessoa bondosa, misericordiosa e apaziguadora, no desempenho dos seus vários papéis, esposa, mãe e rainha. Segundo os cronistas, desde muito nova introduziu no seu quotidiano contínuas orações, a recitação das horas canónicas<sup>9</sup>, a assistência à missa, a confissão frequente, a abstinência e o jejum.

A sua espiritualidade não existia como uma vida isolada; pelo contrário, tocava todos os momentos da vida de D. Isabel, guiando-a nas suas ações para com os outros e consigo própria. Desta forma, acontecerá a sua santificação, segundo Pero-Sanz (2014, p. 47), para quem «Isabel far-se-á santa por obra da graça, correspondida com grande amor a Deus e ao próximo, por meio das suas tarefas como esposa, mãe e rainha. Sem necessidade de feitos milagrosos, inexistentes para o seu primeiro biógrafo».

Na verdade, segundo a sua biografia mais antiga, não se operam milagres em vida<sup>10</sup>, apesar do relato de várias lendas, em sentido oposto. Uma das lendas mais presentes no imaginário popular português é a lenda do *Milagre das Rosas*, na qual a rainha, quando surpreendida pela presença de D. Dinis, diz levar rosas no seu regaço, em resposta ao seu

<sup>7</sup> Cf. Nascimento (2019).

<sup>8</sup> Cf. Andrade (2014).

<sup>9</sup> Cf. Nascimento (2019).

<sup>10</sup> Cf. Vasconcelos (1987).

esposo; ao passo que, na verdade, levava pão para esmolar os pobres. Nesse momento, dá-se a transformação milagrosa do pão em rosas. Pela sua tradição e difusão, apesar das variantes, esta lenda constitui-se como «o paradigma da figura da Rainha Santa e o motivo de quase todas as suas representações pictóricas e esculturais» (Pero-Sanz, 2014, p. 45). É realmente o milagre mais difundido na tradição isabelina, apesar de ter sido apenas introduzido em meados do século XV e de ser uma mimese do milagre de Santa Isabel da Hungria, de Santa Rosa de Viterbo e de Santa Cacilda<sup>11</sup>; contudo, o Milagre das Rosas constará dos autos da canonização, juntamente com outros milagres.

A Rainha Santa cativará, depressa, a devoção e a fé dos portugueses<sup>12</sup>. Logo, após a sua morte, são apontados alguns milagres, operados junto ao túmulo em que jazia<sup>13</sup>. Posteriormente, outros milagres começarão a surgir e a ser anunciados como da sua responsabilidade. Esta faceta taumatúrgica atrairá um grande número de fiéis à veneração do seu túmulo, que frequentarão a capela onde ele se encontrava exposto, de forma assídua.

Em pouco tempo, as pessoas uniram-se no culto a Santa Isabel, Rainha de Portugal, favorecendo o aparecimento de orações devocionais, de relatos de milagres e de lendas legitimadoras do seu culto, que apoiavam o reconhecimento da sua santificação pelo Papa. De algum modo, as manifestações individuais e coletivas de devoção começaram a cumprir um papel social, com uma determinada dimensão religiosa, não só de cunho canónico ou oficial, mas também popular, na medida em que as pessoas se juntaram por meio da fé, demonstrada em atos religiosos de invocação e de adoração.

Temos nas orações da tradição oral, que circularam ao longo de gerações, um exemplo da manifestação popular de louvor e de afirmação da fé, bem como de declaração da crença nos milagres atribuídos à Rainha Santa. No Algarve, em Vale Judeu (concelho de Loulé), foram recolhidas três versões da *Oração da Rainha Santa Isabel* (em 1975, 1996, 2001, respetivamente). Transcrevemos a versão recolhida em 1975:

*Oração da Rainha Santa Isabel*<sup>14</sup>

Rezemos a Deus do Céu, que é o Divino Manuel,  
2 para quem nós dizemos todos, a oração de Santa Isabel.  
A Santa como humilde que era, a sua esmola foi dar  
4 foi por ter ocasião, foi só para não mandar.  
O seu regaço encheu de pão, mais algum dinheiro.  
(...) (...)  
6 - Rosas do mês de Janeiro são custosas de encontrar!  
(...) (...)  
Mas veio a Nossa Senhora. que para sua casa voltou,  
8 com uma capela de rosas, outra de cravos achou.  
(...) (...)  
E encontrou o rei, que com a Santa se encontrou.

<sup>11</sup> Cf. Cidraes (1999-2001). Maria de Lourdes Cidraes (1999-2001) crê que a lenda do *Milagre das Rosas* associada a Santa Cacilda é anterior à lenda de Santa Rosa de Viterbo e à de Santa Isabel da Hungria e que a lenda portuguesa deriva, por contaminação, da lenda de Santa Isabel da Hungria. Também Lopes (2004, p. 84) reconhece que o *Milagre das Rosas* aparece noutros países, «atribuído a outras personagens igualmente piedosas e favorecidas por Deus. Por exemplo, a D. Branca de Anjou, esposa de D. Jaime II 'o Justicheiro', rei de Aragão (e irmã de Isabel), igualmente no dealbar do século XIII e princípios de XIV».

<sup>12</sup> Para Vasconcelos (1984), as primeiras manifestações do culto isabelino acontecem no dia da sua morte.

<sup>13</sup> Cf. s. a. (1988); Nascimento (2019).

<sup>14</sup> Versão de Vale Judeu, f. de S. Sebastião, município de Loulé, d. de Faro, recitada por Engrácia Lopes, de 62 anos, em 1975. Recolhida por Idália Farinho Custódio.

(…)

(…)

(Custódio, Galhoz, Cardigos, 2006, p.161)

O início desta versão fragmentária é marcado pela fórmula inicial de oração, expressa nos dois versos iniciais, e insere-a nesta tipologia textual, visto que explicita a sua funcionalidade ou contexto de uso<sup>15</sup>. Depois, o texto prossegue com referências à humildade e à caridade da Rainha Santa e, por fim, apesar das lacunas, percebe-se a alusão ao *Milagre das Rosas* —a rainha coloca no seu regaço pão e dinheiro para esmolar os pobres («O seu regaço encheu de pão, mais algum dinheiro», v. 5)— e o rei, desconfiado face à subentendida declaração da rainha de que levaria rosas (segmento temático suprimido na versão<sup>16</sup>), observa a dificuldade de se encontrar rosas no mês de janeiro («- Rosas do mês de Janeiro são custosas de encontrar!», v.6). O entendimento dos versos 7-9 está comprometido, em virtude do carácter fragmentário da versão e só se esclarece após o cotejo das várias versões.

As versões recolhidas em 1996 e em 2001 são muito semelhantes, apesar de a última ser mais curta, com menos dois versos (não retém a informação do verso 8 e aglutina os versos 10 e 11), fruto da transmissão oral. Têm uma fórmula inicial semelhante, reveladora do seu destinatário divino e, além de, no seu corpo textual, apresentarem o *Milagre das Rosas*, desenvolvem, igualmente, o *Milagre do Mendigo* que se vem a revelar Cristo crucificado, do qual a primeira versão apenas apresenta vestígios nos últimos versos. Assim, a rainha lava o corpo ao mendigo e deita-o na sua cama. Ao chegar, o rei mostra-se enfadado com a rainha por ter deitado um «cavalheiro» na sua cama. De seguida, dá-se o milagre e, em reação, surge o apelo a que todos contemplem o «Rei da Glória» deitado na cama real.

Cidraes (2019, p. 73) designou este milagre *Jesus Mendigo e a Rainha Santa* e afirma que se trata de uma narrativa «onde a prática da caridade é recompensada com a aparição do próprio Deus». O milagre *Jesus Mendigo e a Rainha Santa* remete-nos, com rapidez, para o romance da tradição oral *O Lavrador da Arada* (IGR: 0185), em que o pobrezinho, acolhido em casa do lavrador da arada, aparece crucificado, no final do romance. De notar, na versão recolhida em 1996, depois do corpo textual, a presença da fórmula de encerramento «Amém», própria das orações. Transcrevemos a versão recolhida em 1996:

*Oração da Rainha Santa Isabel*<sup>17</sup>

Rezemos a Deus do Céu, que é o Divino Emanuel,  
 2 para quem nós rezamos todos, a oração de Santa Isabel.  
 A Santa como humilde que era, a sua esmola foi dar,  
 4 foi por ter ocasião, foi só para não mandar.  
 O seu regaço encheu de pão, mais algum dinheiro,  
 6 são má de se encontrar rosas, no mês de Janeiro.  
 Mas foi a Nossa Senhora, para sua casa voltou,  
 8 com uma capela de rosas, outra de cravos encontrou,  
 com uma bacia de prata, o seu corpo todo lavou.  
 10 Mas à chegada do rei, com a rainha se enfadou,  
 de ver um cavalheiro, na sua cama deitado,  
 12 tinha a custódia ao pescoço, e o Senhor crucificado.  
 - Venham pequenos e grandes, todos a meu mandado,

<sup>15</sup> Cf. Galhoz (1988).

<sup>16</sup> Cf. Nascimento (2004).

<sup>17</sup> Versão de Vale Judeu, f. de S. Sebastião, Município de Loulé, d. de Faro, recitada por Adelina Mendes de Sousa, de 83 anos / Vitória Mendes de Sousa, de 76 anos, em 1996. Recolhida por Idália Farinho Custódio.

14 venham ver o Rei da Glória que está na minha cama deitado.

*Amém.*

(Custódio *et al.*, 2006, pp. 161-162)

As versões de Loulé foram classificadas como Romances Devotos Vulgares, por Aliete Galhoz, na obra em que as edita e publica (*Romances. Património Oral do Concelho de Loulé*), embora o seu título e os seus versos iniciais remetam para a sua funcionalidade oracional («Rezemos a Deus do Céu, que é o Divino Emanuel, / para quem nós rezamos todos, a oração de Santa Isabel», vv. 1-2), tal como o seu título. Provavelmente, o título de «Oração» terá sido dado pelo informante ao coletor, no momento da recolha, em virtude de o informante designar de «oração» todos os textos de assunto religioso, por desconhecer o termo «romance»<sup>18</sup> e/ou devido ao seu contexto de uso e à sua funcionalidade, situação recorrente nos romances de conteúdo religioso<sup>19</sup>. Com efeito, o carácter polivalente da poesia oral permite o uso de um texto em diferentes contextos de enunciação e com finalidades distintas (Fraile Gil, 2001) e, por isso, pode ser um argumento que justifique a situação apontada.

Na verdade, sabemos que diversos romances de assunto religioso, ao longo do tempo, foram adaptados a textos oracionais, adicionando, com frequência, fórmulas oracionais no início e no fim dos romances que, assim, os aproximam da estrutura das orações tradicionais. Contudo, mantêm a estrutura e a fábula dos romances que as originaram. Deste modo, os temas religiosos podem estar associados a lendas hagiográficas, a uma mensagem moralizadora/edificante e ao relato de episódios da vida de Cristo ou da Virgem Maria (Pinto-Correia, 2003). Há, ainda, no romanceiro da tradição oral, o caso de versões que se constituem como aproveitamentos a *lo divino* de temas profanos presentes no romanceiro. Estas são as denominadas versões *contrafactas* e, segundo Catalán (1997), foram elaboradas durante os séculos XVI e XVII, a partir de romances tradicionais vertidos ao divino, cuja intriga diz respeito ao Novo Testamento e/ou a tradição apócrifa (Ferré, 1998). Catalán (1997) refere a evolução do romanceiro religioso para oração como uma consequência da função rememorativa e meditativa dos romances de tema sacro.

Para sistematizar, citamos a divisão dos romances de assunto religioso que Boto (2010, p. 240) organiza em duas tipologias, de acordo com as propostas de Pere Ferré e Cristina Carinhas, por um lado, e de Diego Catalán, por outro lado. Trazemos as suas palavras à colação:

- a primeira, a dos romances devotos –cuja classificação se pode consultar na *Bibliografia do Romanceiro Português da Tradição Oral Moderna (1828-2000)*, da autoria de Pere Ferré e Cristina Carinhas– abarca um considerável número de romances de milagres e subdivide-se em ‘Romances devotos tradicionais’ e ‘Romances devotos vulgares’.

- a segunda tipologia, a do romanceiro religioso (...) consiste, segundo propõe Diego Catalán no brilhante trabalho de 1985 ‘El romancero espiritual en la tradición oral’, num romanceiro de circulação oral, produto de *contrafactas* elaboradas durante o século XVI e XVII de populares romances tradicionais profanos vertidos ao divino (...).

<sup>18</sup> Cf. Custódio *et al.* (2006, p. 20).

<sup>19</sup> Cf. Mendonça (2018).

O romance *A Rainha Santa Isabel* foi catalogado por Costa Fontes (1997), em *O Romanceiro Português e Brasileiro: Índice temático e bibliográfico* e incluído na secção dos Romances Sacros (U36). O mesmo encontra-se apenas na tradição portuguesa e não tem correspondência com o IGR.

As três versões do concelho de Loulé apresentam-se como versões deste romance de devoção à Rainha Santa Isabel, que surge ao lado de outros romances devotos vulgares que tratam de milagres de santos, por exemplo, *Santo António e a Virgem*, *Santo António Livrando o Pai da Forca* (IGR: 4003) ou, ainda, *Santa Teresa e o pobrezinho* (IGR: 0482). Além disso, as versões algarvias demarcam-se, com facilidade, de outros textos que foram recolhidos na tradição oral, como a pequena invocação de natureza lírica, dirigida à Rainha Santa Isabel, em tom de súplica, sem qualquer ligação às tradições romancística e lendária, por exemplo:

Ó minha santa Isabel,  
Rainha de Portugal,  
‘Stou na extrema de Argoncilhe,  
Aparta co’o olival.

(Lamas, c. da Feira, Leite de Vasconcelos, 1983, p. 356)

Por sua vez, com uma distância de cerca de um século em relação às versões de Loulé, Lang (1889) publica a *Oração de Santa Isabel*, recolhida nos Açores, cujo desenvolvimento temático retoma o espírito caritativo da Rainha Santa Isabel, o *Milagre das Rosas* e o *Milagre de Jesus Mendigo e a Rainha Santa*, com um estilo mais elaborado. O poema abre com uma invocação a Santa Isabel («Snra. Sta Isabel», p. 419, v. 1) e amplia o retrato da rainha («Que aos pobres agasalhavas, / Com as vossas santas mãos / Esmolas lhe apresentavas», p. 419, vv. 2-4), divergindo dos poemas de Loulé.

No segundo milagre, há uma sucessão de ações que não aparecem nas versões de Loulé. A rainha já não lava as feridas do «peregrino», antes se humilha a ele, toma-o no seu regaço, afasta a cortina e deita-o na cama («Senhora se humildou, / No seu regaço o tomou. / Seu cortinado arredou, / Na sua cama o deitou.», p. 419, vv. 21-24). Estas ações não alteram a essência do milagre, mas trazem novidade e dinamismo, pelo efeito visual conseguido.

Para este visualismo, contribui também a abundância de traços, evidenciados através dos adjetivos qualificativos, usados ao serviço de um retrato mais pormenorizado dos elementos nucleares da oração, enfatizado com a repetição do advérbio «Mui» / «Muito». Por exemplo, as mãos de Santa Isabel são «santas» (p. 419, v.3); a «capella de rosas» «Mui formosa se achou» (p. 419, vv. 12-13); o peregrino estava «Mui doente, mui chagado» (p. 419, v. 20) e Cristo crucificado «Muito formoso se achou» (p. 419, v. 26).

É merecedora de nota, nesta oração, a referência ao nascimento da Rainha Santa como promotor da paz entre o seu pai, D. Pedro, e o seu avô D. Jaime I («Bem dita seja a Santa / Que tal paz ordenou. / Desde a hora em que nasceu», p. 419, vv. 14-16), conforme já referimos, na primeira parte deste trabalho. Esta passagem surge como um momento de louvor que estabelece a articulação entre os milagres narrados, o *Milagre das Rosas*, em primeiro lugar, e o *Milagre de Jesus Mendigo*, em segundo lugar. Posteriormente, o mesmo panegírico será usado como conclusão final («Bem dita seja a santa / Que tal paz ordenou», p. 419, vv. 25-26).

No final do século XIX, foram publicadas outras três versões do romance devoto vulgar sobre a figura da Rainha Santa Isabel, duas das quais são oriundas do Alentejo (de Estremoz e de Campo Maior) e a outra é da ilha de Madeira (do Funchal). Estas versões foram reunidas

e publicadas por Teófilo Braga, no início do século XX, no *Romanceiro Geral Português*<sup>20</sup>, em representação do romance *A Rainha Santa Isabel*, na tradição portuguesa.

Ao lermos a versão de Estremoz, publicada por Consiglieri-Pedroso (1881), concluímos que, embora mais curtas, as versões de Loulé lhe são próximas<sup>21</sup> e dela recuperam, por exemplo, a fórmula inicial de oração («Peço graça com fervor / Do divino Manoel, / Para que haja de rezar/ Da rainha santa Isabel», p. 101, vv. 1-4) e a narrativa dos milagres. Porém, esta versão apresenta um maior desenvolvimento das sequências temáticas dedicadas à apresentação da rainha (p. 101, vv. 5-13), ao relato do *Milagre das Rosas* (p. 101, vv. 14-33) e ao *Milagre de Jesus Mendigo e a Rainha Santa* (p. 101, vv. 34-60).

Em prol do desenvolvimento das sequências temáticas e respetivo embelezamento, são adicionadas algumas expressões que contrastam com o estilo mais simples das versões de Loulé, onde o uso do advérbio e do adjetivo enfatiza a imagem da Rainha Santa, como em «Foi rainha mui querida» (p. 101, v. 7), por exemplo; ou onde a hipérbole acentua a caridade praticada, junto dos mais desprotegidos: «A os pobres soccorria / Com entranhas do coração» (p. 101, vv. 9-10). Outro exemplo de “ornamento vocabular” é a expressão «E de maravilha acha-las» (p. 101, v. 25), de pendor expressivo, usada para mostrar a dificuldade em se encontrar rosas em janeiro (a propósito do *Milagre das Rosas*). Esta ideia ganha sentido quando colocamos em paralelo o seguinte verso retirado da versão de Loulé: «- Rosas do mês de Janeiro são custosas de encontrar!» (p. 101, v. 6), apesar da sua pontuação ser também expressiva (iremos encontrar uma expressão semelhante na versão de Campo Maior). Igualmente, as palavras de contentamento do rei, em reação a este milagre, ganham expressividade acentuada, mediante uma sequência de recursos estilísticos selecionada para enaltecer a rainha: «Oh! rainha excelente!» (p. 101, v. 30) —embora de aparência simples, a união da interjeição, do adjetivo e da pontuação expressiva produz um efeito exacerbado na exteriorização das emoções, continuado nos versos seguintes com a colocação dos bens maiores do rei ao dispor da rainha, para valimento dos mais pobres: «Meu tesouro podeis dar; / Minha corôa empenhar» (p. 101, vv. 31-32), ao que se segue a argumentação, «Porque tudo estou contente» (p. 101, v. 33) —.

Depois, o episódio do *Milagre de Jesus Mendigo e a Rainha Santa* é, aqui, adicionado e os seus dois versos iniciais introduzem a contextualização da ação que vai ser relatada («Estando a «santa» um dia / Na sua sala sentada», p. 101, vv. 34-35), o que permite um isolamento do mesmo, em relação às sequências temáticas anteriores —esta contextualização não se repete nas outras versões—. No seguimento de um estilo expressivo acentuado, quando o mendigo «chagado» pede ajuda à Rainha, surge um segmento temático único, com a introdução da intenção daquela mandar chamar um médico para o curar («Mandarei chamar o doutor, / «Que vos haja de curar», p. 101, vv. 40-41), manifestada «Com palavras de amor» (p. 101, v. 39). De igual modo, a resposta do mendigo (pp. 101-102, vv. 42-45) é um segmento temático único. Entretanto, ao saber da presença de um desconhecido no quarto real, o rei já não regressa apenas enfadado<sup>22</sup>, mas regressa mal-intencionado, «Com tenção de a matar, / Contra a clemencia que usava» (p. 102, vv. 53-54). De seguida, dá-se o milagre e o rei exterioriza novamente as emoções, de forma extremada, «Muito chorou o rei com elle / Dos milagres que ella tinha obrado» (p. 102, vv. 59-60), ou seja, o rei emociona-se, chorando juntamente com Cristo crucificado, e reconhece o poder taumatúrgico da sua esposa.

Estes elementos textuais permitem-nos concluir que a versão terá sido reelaborada, com alguns contornos novelescos, ao dotar as personagens de maior complexidade psicológica, exposta através da expressão intensa das emoções. Assim, contraria a

<sup>20</sup> Consultámos uma edição fac-similada do volume publicada em 1907.

<sup>21</sup> Cf. Custódio e Galhoz (1997).

<sup>22</sup> Cf. Versão de Loulé, recolhida em 1996.

simplicidade discursiva própria do texto romancístico, que normalmente reduz «o adjetivo a uma função quase insignificante» (Pinto-Correia, 1986, p.14) e privilegia uma «tessitura expressiva» apoiada no verbo e no substantivo. Esta reelaboração traz um afastamento, a nível temático, sobretudo, em relação às versões de Loulé.

Por outro lado, de forma antagónica, os versos finais (p. 102, vv. 61-64) rematam o texto com elementos históricos sobre a Rainha Santa, concluindo a apresentação iniciada no verso 5, «Em Saragoça nascida» (p. 101). Assim, se, no início, temos a referência ao local de nascimento, à qual se segue a demonstração do perfil bondoso da rainha, no final, temos a indicação breve do local onde morreu («Estremoz») e do local onde foi sepultada (Igreja do Convento de Santa Clara, em Coimbra). De assinalar, ainda, que a versão, desta forma, concilia elementos históricos com elementos taumatúrgicos que aparecem desenvolvidos nas lendas da Rainha Santa Isabel<sup>23</sup>.

Das lendas sobre a Rainha Santa, esta versão retém também um segmento temático (p. 102, vv. 49-51) referente aos motivos da denúncia da rainha e da ira do rei, que poderá corresponder a uma contaminação com a lenda do *Pajem da rainha* (Cidraes, 1999-2001). Na versão de Loulé, recolhida em 1996, os mesmos motivos estão presentes: «Mas à chegada do rei, com a rainha se enfadou, / de ver um cavalleiro, na sua cama deitado, vv. 10-11) —tal mostra a difusão e conservação popular da lenda.

A outra versão alentejana, recolhida em Campo Maior, por Tomás Pires, foi publicada na revista *A Tradição*, em 1902, e podemos encontrá-la numa edição crítica do professor Pere Ferré de *Lendas e Romances*<sup>24</sup>, a qual citaremos no nosso trabalho. Esta segue um desenvolvimento idêntico ao da versão de Estremoz, apesar de não ter a introdução de natureza devocional. Nela encontramos, de novo, o motivo temático das «santas mãos», identificado na versão açoriana. Porém, o *Milagre de Jesus Mendigo e a Rainha Santa* assume, nesta versão, uma maior extensão narrativa e aí se introduz um indício do desfecho, isto é, da revelação da identidade do pobrezinho, com o verso «com cinco chagas aberto» (p. 101, v. 23). Para esta extensão, contribui o diálogo entre o «pobrezinho leproso» e a Rainha Santa. O diálogo desenvolve-se em torno da (im)possibilidade de cura do mal de que padece o mendigo e do pedido que este dirige a D. Isabel para o lavar com as suas «santas mãos» (p. 101, vv. 24-30). Apenas nesta versão se conserva um diálogo de tal teor. Distintamente, nas versões de Loulé, os versos são dedicados a um relato rápido dos acontecimentos que levam à contemplação de Cristo crucificado, apresentando «uma custódia ao peito» como símbolo da sua identidade. Neste episódio da versão de Tomás Pires, está, ainda, presente o motivo temático da «bacia de prata» (p. 101, v. 33), usada para lavar o «pobrezinho leproso», conservado nas duas versões algarvias mais extensas.

Outro aspeto a salientar, para melhor se perceber a reelaboração da versão, é a existência do verso repetido «foi mui triste e fatigado» (pp. 101-102, v.40 e v. 48), usado para caracterizar, através da dupla adjetivação, por um lado, o estado de espírito do «cavalleiro» que irá delatar a ajuda da Rainha prestada ao pobrezinho junto do rei e, por outro lado, do rei, ao saber que um pobrezinho está deitado na sua cama.

Uma diferença em relação à versão de Estremoz é o momento de ocorrência do segmento em que D. Dinis, impressionado, se dirige a D. Isabel e coloca ao seu dispor as suas riquezas, em proveito das ações de beneficência. Na versão de Estremoz, este segmento temático aparece em reação ao Milagre das Rosas (p. 101, vv. 30-33) e, na versão de Campo Maior, sucede-se ao Milagre de Cristo crucificado (p. 102, vv. 58-62).

<sup>23</sup> Cf. *Lenda de Jesus mendigo e a Rainha* ou *Lenda de Jesus crucificado* (Cidraes, 1999-2001); *O milagre das rosas* - Ri 11 (2003) 101 (ADLOT); *Lenda das Rosas* - APL 148, 2315, 2439, 2537, 2643 e 2890 (APL).

<sup>24</sup> Cf. Pires (1986).

No final, a versão conclui com os dados biográficos da Rainha Santa, de carácter histórico e, em três versos, indica os locais do nascimento, morte e sepultura. Em relação a este pormenor temático, esta versão diverge da versão de Estremoz, visto que aglomera todos estes elementos como fecho da versão. Até agora, vimos que três versões remetem para a biografia histórica da Rainha Santa Isabel, a versão açoriana e as versões alentejanas, diferenciando-se neste aspeto das versões recolhidas por Idália Farinho Custódio, no concelho de Loulé.

Azevedo (1880), por seu turno, publicou uma coleção de romances recolhidos na Madeira e no Porto Santo, em *Romanceiro do Arquipélago da Madeira*, onde inclui uma versão intitulada “Estoria da Rainha Sancta”. Trata-se de uma versão recolhida no Funchal, iniciada com a referência ao pedido de beatificação que o rei D. Manuel dirigiu ao Papa («Ao Padre Sancto pediu / Lo senhor Dom Manoel, / Que lhe confirmasse sancta / La rainha Isabel», p. 29, vv. 1-4) e introduz, deste modo, um elemento histórico (o culto de Santa Isabel, Rainha de Portugal, que teve início formal com a sua beatificação em 1516, solicitada a Roma por D. Manuel I, apesar da veneração da Rainha Santa ter tido início pouco tempo depois da sua morte<sup>25</sup>, como já vimos).

Depois, a versão exhibe, de forma exclusiva, um verso de uma conhecida quadra popular alusiva a D. Dinis (“E elle fez tudo quanto quis”, p. 29, v.8)<sup>26</sup>, seguida da exposição sobre a caridade da Rainha junto dos pobres («Todal las suas esmolos / Só em secreto las dava:», p. 29, vv. 9-10) —este traço da Rainha está presente em todas as versões, dando conta da sua representação retida no imaginário popular, ao longo do tempo, e tem a particularidade de, nesta versão, ser enfatizado com a referência à devoção fervorosa de Isabel: «Esta rainha tão sancta / Mulher d’el-rei D. Diniz, / Só fez por servir a Deus», p. 29, vv. 5-7) —.

Seguidamente, faz-se o relato dos milagres já observados nas versões de Loulé, dos Açores, de Estremoz e de Campo Maior, tal como a contaminação com a *Lenda do pajem* (p. 30, vv. 31-32). No cotejo com as outras versões, encontramos a ocorrência única da súplica de D. Dinis a Jesus Cristo, onde perpassa um sentimento de arrependimento: «Emendae la minha vida, / Emendae o meu reinado» (p. 30, vv. 45-46).

Por fim, esta versão distingue-se das anteriores também por, na parte final, enumerar, brevemente, os milagres da cura de uma cega, da cura de uma muda e do aleitamento milagroso de uma criança, concluídos com dois versos finais que sublinham a importância da dimensão taumatúrgica dos acontecimentos assinalados na santificação/ canonização da Rainha (no dia 25 de maio de 1625, o Papa Urbano VIII reconheceu solenemente Isabel, Rainha de Portugal, como Santa). Sobre o milagre da cura da cega poderá ser uma referência ao conhecido *Milagre da criança cega de Arrifana*, o qual foi «incluído num dos capítulos apógrafos da primeira biografia» da Rainha Santa e esta mesma narrativa circula na tradição oral, através da «lenda da cura da criança cega» (Cidraes, 1999-2001).

Vemos, assim, na versão madeirense, um conjunto de versos relativos à Rainha Santa com contornos temáticos diferentes dos encontrados nas versões apresentadas anteriormente, conciliados com elementos comuns a essas versões e que não alteram em profundidade a estrutura temática do romance. Contudo, estes elementos singulares

---

<sup>25</sup> Aires A. Nascimento refere que a devoção pela Rainha Santa na corte é muito anterior à sua beatificação. Declara haver notícia da cerimónia nupcial do príncipe D. Duarte com Dona Leonor de Aragão, a 22 de setembro de 1428, na capela do coro velho da igreja de Santa Clara, perante o seu túmulo. A preferência por este lugar terá sido intencional e de acordo com a devoção dos nubentes, podendo «ser interpretada como invocação protetora (...)» (Nascimento, 2019, p. 178).

<sup>26</sup> *El-rei D. Dinis*: «El-rei Dom Dinis / Fez tudo quanto quis. / E, se mais quisera, / Inda mais fizera.» (Leite de Vasconcelos, 1979, p. 488). Esta quadra está difundida na tradição portuguesa, com alguma variação (cf. Braga, 1994, p. 348).

introduzidos na versão não são tradicionais, afastando-se do modelo das versões algarvias, e são fruto de retoques do editor, que conhecia o processo de beatificação e de canonização da Rainha Santa e um conjunto diversificado de lendas a seu respeito. Além disso, parece-nos intencional a contaminação com o cancioneiro tradicional, mediante a introdução do verso de uma quadra conhecida sobre D. Dinis (p. 29, v. 8), visto que o objetivo é aprofundar o retrato do rei, em conjunto com os versos «E, mui iroso, el-rei / Las roupas alewantou» (vv. 39-40) e com súplica a Cristo crucificado (p. 30, vv. 43-46).

Com uma apresentação também próxima de um estilo culto, temos a versão publicada, em *Romanceiro Popular Português*, por Pires de Lima e Carneiro (1984)<sup>27</sup>, cuja primeira edição data da primeira metade do século XX. Com efeito, a versão denota a presença de um vocabulário selecionado e de construções mais elaboradas e mais ricas ao nível estilístico. Em nota, os responsáveis pela publicação reconhecem a existência de algumas construções frásicas fora do estilo popular. Digno de referência é, identicamente, o título, “Lenda da Rainha Santa”, que remete o leitor para o universo de outro género literário da tradição oral, a lenda.

Depois de se conhecer as outras versões, compreende-se que se está, pela primeira vez, perante uma versão que oferece um quadro descritivo das diversas figuras representativas daqueles que gozavam da caridade da Rainha Santa, «viúvas», «coxos», «cegos», «crianças de peito» e «deprosos» (p. 49, vv. 4-9) —uma metáfora do “séquito” de Isabel de Portugal—. Na verdade, esta enumeração assemelha-se a um desfile de desventurados à mercê de qualquer gesto de conforto, resumido na expressão hiperbólica «Eram monstros, já sem boca, / Sem boca para implorar» (p. 49, vv. 10-11), a fim de mostrar o horror da miséria vivida pelo povo.

Os versos «Abençoada Rainha, / Que a todos vai consolar!» (p. 49, vv. 14-15) são de exaltação e de louvor da rainha, disponível para ajudar quem dela se aproxima. Depois, os versos preparam o relato do *Milagre das Rosas*, com a ênfase no seu humilde e simples trajar (uma referência única), «um vestido de burel» (p. 49, v. 21), quase uma antevisão do hábito de clarissa envergado depois da morte de D. Dinis. O humilde traje de burel contrasta com a riqueza carregada no «regaço», «(...) oiro, prata e cobre» (p. 49, v. 22), para dar ao povo desvalido, sempre pronto a celebrar e a louvar a sua benfeitora, «(Gritam todos) Santa, Santa / Rainha Dona Isabel!» (p. 50, vv. 36-37). É de sublinhar a repetição de «Santa» como gesto verbal enfático do reconhecimento do carácter de exceção, ainda, em vida de Isabel, Rainha de Portugal.

De seguida, os versos 38-68 (pp. 50-51) desenvolvem, copiosamente, a narrativa do *Milagre das Rosas*, com o diálogo entre D. Dinis e D. Isabel, cuja base temática segue a tradição, embora se acrescente diversos segmentos temáticos únicos nesta versão, como a referência ao perigo de a rainha sair sem acompanhamento («Porque saístes sozinha, / Que vos podem fazer mal?», p. 50, vv. 44-45) e a resposta desta ao rei com o pretexto da sua saída («- Eu ia pelos caminhos, / Ia só a passear; / Tolheu-me este pobre povo, / Que me estava a festejar», p. 50, vv. 51-54), por exemplo.

Similarmente, a versão não retém da tradição a indicação da circunstância de tempo («Janeiro»), o momento em que ocorre o milagre da metamorfose do «(...) oiro, prata e

<sup>27</sup> Em nota de rodapé, os editores registaram a proveniência bibliográfica da versão: «*Revista do Minho*, ano XVI, pág. 71 (1899)» (Pires de Lima e Carneiro, 1984, p. 51). Porém, na Biblioteca Nacional de Portugal, consultámos a *Revista do Minho*, com o objetivo de apurar o local de recolha da versão e verificámos que a anotação bibliográfica está errada, no que respeita ao ano e ao volume da publicação. Efetivamente, a versão intitulada “Lenda da Rainha Santa” foi publicada em 1898 (ano XIV), na referida revista, dirigida por José da Silva Vieira. Além disso, a versão não é acompanhada por qualquer anotação acerca do local de recolha, recoletor, etc. (cf. Vieira, 1898).

cobre» (p. 49, v. 22) em «flores» («Eram tudo lindas flores / As mais lindas do lugar», p. 51, vv. 65-66), as quais também não são as já conhecidas «rosas» e/ou os «cravos», presentes nas outras versões. Notamos, desta forma, o processo de generalização<sup>28</sup> de um elemento verbal considerado icónico no imaginário popular, no que ao *Milagre das Rosas* concerne, seja ele representado no romanceiro, na lenda, nas biografias ou na iconografia, por exemplo. Mais, a versão trata somente o *Milagre das Rosas*, excepcionalmente; não se encontra qualquer vestígio do *Milagre de Jesus Mendigo e a Rainha Santa*, como acontecia na versão mais fragmentária do concelho de Loulé.

Também a sua sintaxe se afasta da construção tradicional e associa-se a novos elementos temáticos. Por exemplo, ao referir-se que a rainha se humilha prontamente ao rei, quando este a indaga sobre o conteúdo escondido no seu regaço, há a preferência por salientar que esta atitude contraria o seu carácter: «E a Rainha, que não ama / Sua humildade mostrar, / A El-Rei responde logo:» (p. 50, vv. 48-50). Neste excerto, destacamos o segmento «(...) que não ama / Sua humildade mostrar» que, tradicionalmente, poderia ser reduzido a um adjetivo, para simplificar o discurso.

Estas observações demonstram, brevemente, a existência de vários retoques a nível estilístico, lexical e sintático, mas também a presença de variação na estrutura temática, com um maior desenvolvimento do tema, e na estrutura verbal. Não obstante, realçamos que a variação introduzida nesta última versão é, na verdade, em nosso entender, uma consequência dos retoques estéticos nela aplicados, ao serviço de um estilo elaborado e culto e do encontro garantido de favor junto do público<sup>29</sup>.

Apesar de retocada, a versão deve ser tida em consideração, tal como as anteriores, pois, como refere Catalán (1984, p. 28), «Cuando tenemos que recurrir a los textos retocados, procuramos evitar que los componentes antitradicionales deformen las características estructurales del modelo descrito.»

Em síntese, o romance *A Rainha Santa Isabel* é um romance raro, pouco difundido e, segundo Costa Fontes (1997), foi composto em Portugal. Conhecemos oito versões deste romance, recolhidas apenas no espaço português. Contudo, a sua geografia tem a particularidade de ir desde o continente às ilhas. As versões mais antigas foram recolhidas em Estremoz, em Campo Maior, nos Açores e na Madeira (Funchal). A versão publicada por Augusto César Pires de Lima e Alexandre Lima Carneiro, no *Romanceiro Popular Português*, não tem indicação do local de recolha e há três versões recolhidas no concelho de Loulé, por Idália Farinho Custódio. Como se pode ver, a sua localização é dispersa, com exceção das versões de Loulé, todas concentradas na freguesia de Vale Judeu e, por isso, garante de vitalidade e conservação deste romance. Para Costa Fontes (1997), uma das principais características da tradição portuguesa é o seu carácter conservador, documentado pela preservação de muitos romances únicos ou raros.

As escassas versões dão-nos um panorama abrangente do romance *A Rainha Santa Isabel*, a nível cronológico, na medida em que podemos ter uma perspetiva, desde o final do século XIX até ao início do século XXI, e reconhecer que a tradição conservou os aspetos essenciais do arquétipo, a nível temático e a nível verbal. Por isso, vamos ao encontro das palavras de Nascimento (2004, p. 38): «A permanência do tema fundamental do romance, através das variantes, apesar das mutações, com perda, substituição ou acréscimos de versos, denuncia a existência de uma estrutura temática suficientemente marcante para assegurar-lhe a unidade na diversidade».

---

<sup>28</sup> Cf. Nascimento (2004).

<sup>29</sup> Cf. Dias Marques (2002).

Embora mais curtas, sem elementos narrativos acessórios e sem elementos históricos (o local de nascimento, por exemplo), as versões do concelho de Loulé conservam o *Milagre das Rosas* e o *Milagre de Jesus Mendigo e a Rainha Santa* e confirmam a permanência de temas da hagiografia isabelina ou do mito isabelino<sup>30</sup>, isto é, preservam o modelo tradicional do romance. Estas versões atravessaram a fronteira do romance para entrar no domínio do texto oracional, com a afirmação de uma atitude de adoração e de louvor da Rainha Santa Isabel. Parece-nos que esta reatualização do romance, em função de uma nova funcionalidade, possa ter contribuído para a sua vitalidade, no Algarve, sem apagamento das marcas romancísticas<sup>31</sup>.

A dificuldade em encontrar o romance em estudo na tradição oral aproxima-se da mesma dificuldade de recolha das lendas da Rainha Santa. Cidraes (1999-2001, p. 57) assevera que, na sua maioria, estas «lendas (...) estão quase apagadas na memória colectiva e é hoje difícil recolectá-las na tradição oral». Contudo, a devoção à Rainha Santa continua viva e goza de vitalidade um pouco por todo o país, incluindo a ilha de Madeira, como nos faz crer o largo número de cerimónias religiosas e festividades populares realizadas em sua honra, para além da existência de cânticos e de textos oracionais de cunho canónico.

#### BIBLIOGRAFIA CITADA

- ADLOT: Arquivo Digital de Literatura Oral Tradicional. Recuperado de <<http://www.adlot.fl.ul.pt/community/#front>>
- Andrade, M. F. (2014). *Rainha Santa, mãe exemplar. Isabel de Aragão*. Maia: Círculo de Leitores.
- APL: Arquivo Português das Lendas [Base de dados]. Recuperado de <<https://lendarium.org/pt/>>
- Azevedo, Á. R. (1880). *Romanceiro de Arquipélago da Madeira*. Funchal: «Voz do Povo».
- Boto, S. (2010). Os primeiros romances religiosos portugueses dende a Tradição Oral Moderna: uma colecção desconhecida. En Santiago Prado Conde (dir./coord.), *Actas da Conferencia Internacional da Tradición Oral. Oralidade e Património Cultural, Ourense, 11, 12 e 13 de Novembro de 2010* (pp. 239-146). 2. s.l.: Concello de Ourense.
- Braga, T. (s.d.). *Romanceiro Geral Português*. 2. Lisboa: Vega.
- Braga, T. (1994). *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*. 2. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Catalán, D. et al. (1982). *Catálogo General del Romancero Pan-Hispánico*. 2. Madrid: Seminario Menéndez Pidal / Gredos.
- Catalán, D. et al. (1984). *Teoría General y metodología del Romancero Pan-Hispánico. Catálogo General del Romancero Pan-Hispánico*. 1.A.. Madrid: Seminario Menéndez Pidal.
- Catalán, D. (1997). *Arte Poética del romancero oral. Parte 1ª. Los textos abiertos de creación colectiva*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores.
- Costa Fontes, M. (1997). *O Romanceiro Português e Brasileiro: Índice temático e bibliográfico*. 2 vols.. Madison: The Hispanic Seminary of Medieval Studies.

<sup>30</sup> Cf. Cidraes (1999-2001).

<sup>31</sup> Cf. Ferré (1999).

- Cidraes, M. L. (1999-2001). O Mito da Rainha Santa – Uma Tradição Popular e Religiosa. *Revista Lusitana (Nova Série)*, 19-21, 31-80.
- Cidraes, M. L. (2019). Os Painéis da Rainha da Rainha Santa do Convento do Bom Jesus de Monforte. Um singular programa iconográfico. Em M. L. Cidraes (Coord.), *Imagens da Rainha Santa Isabel na Arte Portuguesa: Os Painéis de Azulejo da Igreja do Antigo Convento do Bom Jesus de Monforte* (55-91). Lisboa: CLEPUL – FLUL.
- Consiglieri-Pedroso, Z. (1881). Contribuições para um romanceiro e cancionero popular portuguez. *Romania*, tomo 10, nº37-38, 100-116.
- Custódio, I. F. e Galhoz, M. A. F. (1997). *Memória Tradicional de Vale Judeu*. 2. Loulé: Edição da Câmara Municipal de Loulé.
- Custódio, I. F., Galhoz, M. A. F. e Cardigos, I. (2006). *Romances. Património Oral do Concelho de Loulé*. 2. Loulé: Edição da Câmara Municipal de Loulé.
- Dias Marques, J. J. (2002). *A Génese do 'Romanceiro do Algarve' de Estácio da Veiga* (Tese de Doutoramento não publicada). Universidade do Algarve, Portugal.
- Ferré, P. (1998). “O Rei e a Virgem Romeira”: Uma Balada Europeia *Ao Divino?*. *Cultura*, 91-98.
- Ferré, P. (1999). O Romanceiro da Tradição Oral Moderna e as Orações, Relendo “El Romancero Espiritual en la Tradición Oral” de Diego Catalán, *Actas do Colóquio Internacional Piedade Popular. Sociabilidades – Representações. Espiritualidades, Centro de História da Cultura / História das Ideias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, 20/23 de novembro de 1998* (pp. 474-485). Lisboa: Terramar.
- Fraile Gil, J. M. (2001). *Conjuros y Plegarias de tradicion oral*. Madrid: Compañia Literaria.
- Galhoz, M. A. (1988). *Romanceiro Popular Português*. 2. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos – Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Lang, H. R. (1889). Tradições Populares Alentejanas. *Zeitschrift für Romanische Philologie*, 217-224, 416-430.
- Leite de Vasconcelos, J. (1979). *Cancioneiro Popular Português*. 2. Coimbra: Por Ordem da Universidade.
- Leite de Vasconcelos, J. (1983). *Cancioneiro Popular Português*. 3. Coimbra: Por Ordem da Universidade.
- Lopes, A. (2004). *Devoção e Poder nas Festas do Espírito Santo*. Alpiarça: Edição Cosmos.
- Mendonça, L. S. (2018). *Da Voz Lírica do Alentejo (Contributo para o Estudo da Literatura Oral e Tradicional de Reguengos de Monsaraz)* (Tese de Doutoramento não publicada). Universidade de Lisboa, Portugal.
- Nascimento, A. A. (2019). *Santa Isabel de Portugal. a menina de Aragão coroada Rainha em Terras Portuguesas*. Lisboa: Edições Colibri.
- Nascimento, B. (2004). *Estudos sobre o Romanceiro Tradicional*. Paraíba: Editora Universitária João Pessoa.
- Pero-Sanz, J. M. (2014). *Santa Isabel. Rainha de Portugal*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- Pinto-Correia, J. D. (1986). *O essencial sobre o Romanceiro Tradicional*. Lisboa: IN-CM.
- Pinto-Correia, J. D. (2003). *Romanceiro da Tradição Oral Portuguesa*. Lisboa: Edições Duarte Reis.

- Pires, A. T. (1986). *Lendas e Romances*. Lisboa: Editorial Presença.
- Pires de Lima, A. e Carneiro, A. L. (1984). *Romanceiro Popular Português. Os tesouros da poesia que o povo fez e dizia*. Porto: Editorial Domingos Barreira.
- Ramôa, J. (2010). Isabel de Aragão, rainha e santa de Portugal: o seu jacente medieval como imagem excelsa de santidade. *Cultura. Revista de História e Teoria das ideias*, vol. 27, 63-81.
- s. a. (1988). *História Popular da Rainha Santa Isabel. Protetora de Portugal*, s. l.: Gráfica de Coimbra.
- Vasconcelos, A. (1984). *Evolução do culto de Dona Isabel de Aragão, esposa do rei lavrador, Dom Dinis de Portugal. A Rainha Santa*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Vieira, J. S. (1898). Lenda da Rainha Santa. *Revista do Minho. Para o Estudo das Tradições Populares*, XIV, nº 9, 71-72.